



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA 2018
COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E
ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE SOROCABA

Entre os dias 9 e 13 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Diretora do Fórum MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNER e o Juiz Responsável PAULO EDUARDO BELLOTI. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM
MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNER

JUIZ RESPONSÁVEL
PAULO EDUARDO BELLOTI

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

2.1 Lotação – Servidores da Secretaria:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Analuci Stachewski Zakia	TJA		04/12/2017
Bruna de Oliveira Melo	TJA	FC-05 Assistente diretor de distribuição	28/05/2015
Carlos Lyoji Takimoto	TJA		28/08/2017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Fabiana de Carvalho R. Thomazella	TJA	FC-02 Assistente	28/05/2015
João Antônio Rodrigues	AJJ	FC-03 Coordenador de CM	28/05/2015
Lêa Prado Alves Adad (REM)	AJA	FC-02 Assistente	28/05/2015
Neuza Boy Athayde	TJ-Seg	CJ-02 Diretor serviço distribuição feitos	28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			06
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			01

AJJ – Analista Judiciário – área judiciária

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

REM – Removido

TJ-SEG – Técnico Judiciário – área de segurança

2.2 Servidor não computado no ideal:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Alberto Rosa São Leandro	TJ-seg	-	29/08/2017
Marcelo Ferreira Macedo	TJ-seg	-	28/05/2015

TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança

2.3 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Cátia Maria Pinto Dias	AJ-OJA	-	28/05/2015
Edi Marcelo de Oliveira	AJ-OJA	-	28/05/2015
Francisco Antônio Ferreira	AJ-OJA	-	28/05/2015
José Edson de Oliveira	AJ-OJA	-	28/05/2015
Marcos José Dias	AJ-OJA	-	28/05/2015
Rosana Maria de Oliveira Cimatti	AJ-OJA	-	28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			06
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador



2.4 Ausências, exceto férias – 02/04/2017 a 04/04/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	31
VIAGEM A SERVIÇO	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	2
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	1
Total:	

2.5 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
Ícaro Mariano Tamer da Rocha	CIEE	16/02/2017
Mayara Cinthia de Abreu	CIEE	16/02/2017
Maria Nilvany Luciano Bezerra	CIEE	16/06/2017
Vitoria de Moraes Toledo das Dores	CIEE	16/03/2018

2.6 Ações de capacitação – 11/3/2017 a 27/3/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Analuci Stachewski Zakia	166
Bruna de Oliveira Melo	250
Cátia Maria Pinto Dias	330
Edi Marcelo de Oliveira	30
Fabiana de Carvalho Rios Thomazella	214
João Antônio Rodrigues	110
José Edson de Oliveira	16
Marcos José Dias	405
Neuza Boy Athayde	15
Rosana Maria de Oliveira Cimatti	46



3 - MOVIMENTAÇÃO - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	8.626	3.972
2ª VARA	5.924	2.807
3ª VARA	10.416	7.316
4ª VARA	7.702	5.367
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	81	28*
TOTAIS	32.749	19.490

* A quantidade é a somatória das petições direcionadas para a Coordenadoria de Gestão Compartilhada (26 petições) e para a Distribuição de feitos de Sorocaba (2 petições).

4 - MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

4.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há

4.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Edi Marcelo de Oliveira	02	29/9/2017
Francisco Antônio Ferreira	07	03/03/2017
José Edson de Oliveira	69	13/03/2017
Cátia Maria Pinto Dias	0	-
Marcos José Dias	0	-
Rosana Maria de Oliveira Cimatti	0	-
TOTAL	78	

4.3 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Edi Marcelo de Oliveira	07	23/11/2017



Francisco Antônio Ferreira	12	06/10/2017
José Edson de Oliveira	40	14/07/2017
Marcos José Dias	07	26/01/2018
Cátia Maria Pinto Dias	0	-
Rosana Maria de Oliveira Cimatti	0	-
TOTAL	66	

5 – MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS

a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
CEJUSC-Sorocaba	1626	697	16.815.520,41
TOTAL	1626	697	16.815.520,41

b) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
CEJUSC-Sorocaba	2574	995	53.051.160,47
TOTAL	2574	995	53.051.160,47

5.2 MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

A gestora informou serem adotadas na Circunscrição medidas de incentivo à mediação, apontando como prática da Coordenadoria a disponibilização regular de pautas às Varas para a realização das audiências, ressaltando que as mediações são sempre acompanhadas pelo Juiz responsável pela Unidade. Noticiou, também, que há integração entre as equipes de trabalho e que as partes presentes em audiência são recepcionadas com quitutes.

Informou, ademais, que a Coordenadoria conta com três servidores capacitados para mediação pela Escola Judicial.



5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento (de outros anos e as iniciadas neste ano):

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
3/2016	24	R\$ 247.799,65
8/2016	7	R\$ 220.964,20
13/2016	8	R\$ 124.206,45
12/2015	108	R\$ 2.936.080,49
7/2015	16	R\$ 5.011.629,73
6/2015	319	R\$ 26.534.828,66
10/2015	54	R\$ 1.928.017,04
4/2017	271	R\$ 20.412.637,39
5/2016	15	R\$ 208.182,95
16/2015	129	R\$ 5.232.284,34
12/2017	11	R\$ 621.324,48
6/2017	19	R\$ 1.318.002,76
7/2017	29	R\$ 1.158.726,78
8/2017	27	R\$ 334.412,74
9/2017	18	R\$ 82.484,59
10/2017	13	R\$ 118.732,68
02/2017	16	R\$ 206.640,00
01/2017	29	R\$ 471.002,55
TOTAL	1.113	R\$ 67.167.957,48

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
3/2017	19	R\$ 152.093,89
5/3017	119	R\$ 2.472.817,75
TOTAL	138	R\$ 2.624.911,64

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

Não há.

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE	VALOR DA EXECUÇÃO
--------------------	---------------	-------------------



	EXEQUENTES	
11/2017	12	R\$ 624.994,36
18/2016	23	R\$ 520.670,82
6/2016	19	R\$ 420.196,50
2/2015	139	R\$ 4.889.905,68
3/2015	156	R\$ 2.712.497,20
17/2015	7	R\$ 5.232.284,34
2/2016	34	R\$ 297.888,54
4/2016	20	R\$ 51.586,57
TOTAL	410	R\$ 14.750.024,01

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

Não há.

6 - MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTIDADE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
01/2017	34	60	R\$ 18.036.919,96	7,27	5,39
02/2017	39	55	R\$ 10.161.932,24	9,09	2,47
03/2017	41	43	R\$ 21.989.294,79	20,93	24,07
04/2017	44	61	R\$ 29.193.187,17	3,28	4,53
05/2017	37	43	R\$ 28.300.187,17	6,98	2,82
06/2017	38	32	R\$ 12.195.800,00	9,38	10,69
07/2017	44	54	R\$ 21.016.248,10	22,22	8,51
08/2017	cancelada				
09/2017	cancelada				
10/2017	45	41	R\$19.487.930,22	17,07	2,67
11/2017	71	81	R\$ 43.130.995,43	17,28	7,26
01/2018	47	60	R\$ 26.081.197,31	8,33	21,67
TOTAL	322	389	R\$ 160.381.499,65		

b) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública

UNIDADE
Vara do Trabalho de Itanhaém



7 – CONSTATAÇÕES:

Após apresentação de dados da CGC para toda a equipe, foram realizadas reuniões. Uma com o trio gerencial e outra, com os Oficiais de Justiça, abordando os seguintes temas: audiência de mediação, reunião de execuções, sistema EXE15, *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução, hastas públicas, integração entre os servidores do grupo interno de execução (GIE) das Secretarias do Fórum com os Oficiais de Justiça. Os relatórios gerados serão arquivados pela Secretaria da Corregedoria Regional.com o trio gerencial.

Comparativamente à ata de 2017, o quadro de servidores da Coordenadoria teve o acréscimo de dois servidores. Assim, considerando a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, que aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região, constata-se que o número atual de 7 servidores está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria. Sob a mesma comparação, a Coordenadoria foi acrescida de mais um servidor (TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança) não computado no ideal.

A gestora da CGC informa que, após muitas reuniões realizadas com Oficiais de Justiça e o Grupo Interno de Execução (GIE), o relacionamento melhorou e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos trabalhos. Nesse aspecto, os oficiais de justiça estão utilizando a certidão negativa padronizada e estão registrando a frustração da execução no EXE15, de acordo com os normativos deste Regional sobre a execução, demonstrando superação das dificuldades e dúvidas para seu preenchimento. Ainda se verifica o encaminhamento de diligências não cadastradas no EXE15 aos oficiais de justiça, atribuição que é da competência do GIE, contudo, em números reduzidos.

Com relação ao protocolo de petições direcionadas a processos eletrônicos, informaram que ainda ocorre, tendo em vista não ser possível a imediata verificação da migração no momento do protocolo da petição. Para diminuir a incidência, foi destacado um estagiário para a tarefa.

Dentre as atribuições dos oficiais de justiça, as notificações ainda são bastante destinadas a eles (exemplo: notificações devolvidas pelos Correios, notificações urgentes, cerca de 30% das diligências). De acordo com a gestora, a 2ª VT desenvolveu uma forma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



de encaminhar as notificações por oficial de justiça, em datas um pouco mais próximas às audiências, porque foi verificada a ineficácia de diligências cumpridas com demasiada antecipação.

Constata-se que foi totalmente infrutífera a tentativa de realização de notificações eletrônicas, porque é imensa a rejeição da prática pelas empresas. Acordaram as secretarias e a CGC que os mandados de notificações expedidos em razão de devolução pelo Correio serão devolvidas à unidade, sempre que ausente a motivação da devolução.

Constata-se que a CGC detém uma planilha que controla o número de expedientes recebidos e devolvidos pelos oficiais de justiça, cujo funcionamento, entende, é melhor que o DILIGÊNCIA15. Apontam que o aprimoramento da ferramenta é de extrema relevância, porque avaliam-no bastante lento. A planilha utilizada pela CGC contém dados de data de entrada e saída de diligências, bem como, oficial de justiça responsável pela diligência.

Há mediação em todas as fases do processos, para todas as unidades, sempre às 3ª, 4ª e 5ª feiras. Às sextas-feiras, são realizadas as mediações nas unidades que compõem a circunscrição. Em média, são realizadas 150 audiências por semana, nesta sede de circunscrição, com acordos realizados em cerca de 40% dos casos.

Não há servidores em teletrabalho.

Registra-se que a Vara do Trabalho de Itanhaém foi a única que não enviou bens para hasta pública unificada.

Reunião com os oficiais de justiça. Constata-se que são seis oficiais de justiça em atuação, número abaixo da já citada Portaria GP nº 39/2017, que estabelece nove oficiais para a CGC. E todos são cadastrados para uso das ferramentas tecnológicas.

Analisando as informações enviadas para a presente correição (item 4 da ata), novamente, observa-se a existência de mandados em atraso (78 SAP1G e 66 Pje), o mais antigo remete a 3/3/2017 (mais de 12 meses).

Verifica-se que foram realizadas as reuniões com o grupo interno de execução (GIE) e, considerada as suas eficácias, informam a pretensão de realizações frequentes. Na oportunidade, deve-se insistir na pesquisa prévia do sistema EXE15 para emissão de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



mandados, tarefa de atribuição dos GIE, considerando que ainda ocorre a devolução de mandados, por evidente ausência dela.

Constata-se que a reunião de execuções entre processos do fórum não tem sido levado a efeito. Aventam a necessidade de melhor comunicação entre os grupos internos de execução, a fim de evitar mais de uma diligência, num mesmo endereço, por mais de um OFJ.

Os oficiais de justiça constatarem que é cada vez maior a ineficácia da Empresa de Correios. Oficiais de Justiça entendem que o melhor momento para tomar o aceite das empresas para notificação eletrônica é no momento da audiência, ocasião em que está diante do juízo.

Constata-se a qualificação das partes nos mandados, sobretudo, com o número de CPF, é relevante para a eficácia da diligência, razão pela qual os oficiais de justiça nela insistem.

Dúvidas esclarecidas sobre o rascunho/anotações EXE15.

Constatou-se a utilização do convênio simba na pesquisa avançada dentro do período correicionado, bem como da ferramenta CCS.

Por sua vez, os oficiais de justiça informaram que cerca de 70% das diligências tem sido de entrega de notificações urgentes, com audiências próximas, que foram devolvidas pelo serviço dos Correios. Em que pese a divergência desse índice, com aquele apresentado pela gestora da CGC, é premente que as unidades sopesem a expedição de mandados com essa finalidade, visto que a atuação dos oficiais de justiça deve ser dispensada, com ênfase, na fase de execução.

Por fim, uma última reunião foi realizada com os gestores de todas as unidades do Fórum, inclusive da CGC de Sorocaba, a fim de tratar de assuntos comuns a todas elas.

Primeiramente, é distribuído a cada um dos gestores número de processo para consulta e eventual tramitação, respeitada a ordem cronológica e plano de ação, se em curso.

Pauta:



1. **GESTÃO POR RELATÓRIOS.** Constatado que há tramitação de processos demandada, por vezes, no atendimento de balcão, a Corregedoria reitera a gestão de processos por relatórios, os quais são extraídos e observam a cronologia do processo.
2. **PROCESSOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA.** Número elevado de conversões em diligências, demandam cautela dos gestores.
3. **NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS.** O aceite dos municípios para o procedimento das notificações eletrônicas muito beneficiariam os atos de Secretaria, todavia não há qualquer interesse de suas partes. A Corregedoria insiste na prática, haja vista a precariedade da prestação de serviços dos Correios. Aliás, sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, os gestores das unidades encaminhem um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.
4. **NOTIFICAÇÕES DEVOLVIDAS.** Há necessidade de que as notificações devolvidas não sejam automaticamente demandadas aos Oficiais de Justiça, o que requer melhor apreciação por parte das secretarias das varas.
5. **PROCESSOS COM PEDIDOS DE PERÍCIA FORA DA PAUTA.** 1ª VT. Marcação manual, despacho para defesa, com nomeação de perito, entregue o laudo. Em segundo despacho, para que manifeste o interesse na produção de provas em audiência de instrução. 2ª e 3ª VT, fazem três despachos: primeiro, com prazo para defesa; segundo, para nomeação de perícia e terceiro, para que manifestem interesse em audiência de instrução.
4ª VT adota o mesmo procedimento da 1ª VT, salvo quanto à pauta que é automática, demandando a retirada de pauta.
6. **PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA PROCESSOS COM PEDIDO DE PERÍCIA.** 1ª VT. Adota o controle de perícias plenamente, com comunicação direta entre partes e perito e juntada nos autos ao final do laudo, com esclarecimentos. 2ª, 3ª e 4ª VT. Datas fixadas para apresentação de laudo, impugnações, esclarecimentos.
7. **PRAZOS PARA ENTREGA DE LAUDOS PERICIAIS.** Em média, demandam 100 dias, o laudo pericial com esclarecimentos nos autos.



8. **TRAMITAÇÃO COM EFETIVIDADE.** A Corregedoria insiste que a tramitação com efetividade pressupõe a análise e realização de todos os atos que impulsionem os autos para o próximo ato, independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI, da Portaria GP-VPJ-CR 7/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
9. **ATENDIMENTOS NO BALCÃO.** Considerando as reclamações de advogados quanto a atendimento de balcão, a Corregedoria entende que é necessário uma filtragem dos assuntos demandados aos gestores.
10. **NOTIFICAÇÕES URGENTES (ANTECIPAÇÕES DE TUTELAS DE SINDICATOS. IMPOSTO SINDICAL).** A prática corriqueira direcionada aos Oficiais de Justiça prejudica, em certa medida, a atuação deles para as diligências na fase executória do processo, o que merece ponderação, portanto.
11. **PROCEDIMENTOS DA FASE DE LIQUIDAÇÃO.** A título de exemplo, aponta a Corregedoria o procedimento implementado na Vara do Trabalho de Barretos. Notificação das rés, com determinação para depósito do valor incontroverso, seguido da liberação ao reclamante, no seu silêncio, a homologação do cálculo. À prática pode ser complementada a designação de mediação, que, se infrutífera, enseja a homologação de cálculos e citação para pagamento.
12. **LIBERAÇÃO DE VALORES.** No Fórum de Sorocaba, as instituições bancárias Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal encaminham e-mail ou, depois de impresso, encaminham os comprovantes de transferência, pagamento e recolhimento para as Varas do Fórum. As Varas não emitem as guias de recolhimento das contribuições sociais, porque os bancos o fazem. Verifica-se que as partes juntam os comprovantes de pagamento de depósitos judiciais não acompanhados da guias de depósito correspondentes, tampouco, fazem a correta identificação, classificação ou enquadramento da petição de pagamento ou de pedido de liberação.
13. **procedimentos para acordo na execução do Fórum**
14. **MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE GIE E OFICIAIS DE JUSTIÇA.** É de suma relevância que o GIE realize as consultas prévias no EXE15, a fim de evitar expedição de mandados repetitivos. Ademais, que conste dos mandados



a qualificação das partes, fazendo constar, não só o nome, como também, o CPF da parte.

15. PROCESSO PILOTO NO ÂMBITO DO FÓRUM.

16. CEJUSC – atuação de servidores das Varas;

17. MEDIAÇÕES COM EFEITOS. 1ª VT. Não concorda com a mediação com efeitos de INI/UNA ou revelia. 2ª VT. Mediação no conhecimento, por servidor da secretaria, tem efeitos de arquivamento e revelia, se o caso. 3ª e 4ª VT realizam a mediação sem efeito, como na 1ª VT.

8 – DETERMINAÇÕES:

8.1 – cumprir integralmente a alínea “a”, inciso II, art. 53-A da Resolução Administrativa n.º 10/2012, alterada pela Resolução Administrativa nº 06/2015, que diz: “Art. 53-A. Às Coordenadorias Integradas de Atividades Administrativas, Judiciais e Centrais de Mandados, vinculadas à Secretaria-Geral Judiciária e instaladas nos Fóruns Trabalhistas localizados em municípios que não correspondem à sede de circunscrição, compete: II – em matéria de cumprimento de Mandados Judiciais: a) o controle das diligências dos oficiais de justiça (prazo de cumprimento e distribuição eletrônica)” e, ainda, o inciso VII, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “VII – deverá ser observado o prazo legal para cumprimento de diligências. No caso de o mandado depender de pesquisas por meio das ferramentas tecnológicas, a dilação de prazo fica automaticamente deferida por este normativo. Cabe ao Juízo apreciar eventuais excessos injustificáveis, tomando as providências necessárias a obstar a prática irregular”;

8.2 – no prazo de 20 (vinte) dias, a Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Compartilhada deverá, em conjunto com o oficial, elaborar e encaminhar para a Corregedoria (correicao@trt15.jus.br) Plano de Ação para regularização dos serviços (item 4), observando as orientações repassadas em visita correicional. O Plano deverá contemplar o método 5W2H e desenvolvimento por meio do ciclo PDCA



9 – ATENDIMENTOS:

Fez-se presente o Dr. Fernando Camolesi Flora, OAB/SP 147.173, ratifica o pleito de criação de posto avançado no município de Votorantim, bem como, tece elogios ao CEJUSC de Sorocaba.

Compareceu a Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da 24ª Subseção de Sorocaba representada por seu Presidente Dr. Márcio Rogério Dias e pelo Presidente da Comissão do Exercício da Advocacia Trabalhista Dr. Renato de Freitas Dias. Em síntese, identifica que há desequilíbrio entre a demanda processual no fórum e a estrutura ali existente, resultando na demora excessiva para a solução de processos. Ilustra-o apontando a pauta de audiências inicial/una com agendamentos para o final de 2019, bem como, o prazo médio superior a 500 dias apurados entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença. Reconhece a limitação orçamentária vivida por esta justiça especializada e sugere que seja realizado um estudo com o propósito de apurar unidades cuja manutenção não se faça necessária, transferindo-se assim toda a sua estrutura para o fórum de Sorocaba, quiçá com a instalação de mais uma vara, para uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. Coloca -se à disposição deste Tribunal para a busca de soluções.

10 - OBSERVAÇÕES GERAIS

10.1 – O MM. Juiz Substituto Responsável reside na sede da circunscrição.

10.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com o Magistrado sobre eventual atraso na prolação de sentença;

10.3 – Foi informado pela Coordenadora da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

10.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a



manifestação da Coordenadora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4143/2016.

11 - ENCERRAMENTO

No dia 13 de abril de 2018, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.